

Emergência climática e desinformação no telejornalismo: construindo protocolos de prática a partir do desastre de 2024 no Rio Grande do Sul

Leandro Olegário

Introdução

A cobertura de desastres naturais ou, mais apropriadamente, de desastres socioambientais resultantes da interação entre eventos naturais e vulnerabilidades sociais, demanda do jornalismo uma capacidade ímpar de adaptação e rigor. A crescente frequência e intensidade de eventos climáticos extremos têm imposto desafios sem precedentes à sociedade contemporânea, evidenciando a urgência da crise climática global. Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi palco de uma das maiores catástrofes hidrológicas de sua história, com enchentes devastadoras que resultaram em perdas humanas, deslocamento em massa e severos impactos socioeconômicos e ambientais. Diante de tal cenário, o telejornalismo, como um dos principais veículos de informação e formação de opinião pública, assume um papel central na mediação da realidade, na construção de narrativas e na orientação para a ação coletiva. Contudo, essa responsabilidade é complexificada pela

proliferação da desinformação¹ e pela necessidade de contextualizar cientificamente eventos de tal magnitude.

Como aponta Sodré (2009), o telejornalismo opera em um regime de simultaneidade e espetacularização, o que pode tanto amplificar a conscientização quanto, paradoxalmente, superficializar a compreensão de fenômenos complexos. No caso do desastre gaúcho, a urgência da situação e a visibilidade midiática trouxeram à tona a necessidade de uma cobertura que não apenas relatasse os fatos, mas que também enfrentasse as narrativas falsas e articulasse a dimensão local da tragédia com o contexto mais amplo da crise climática.

A inclusão da perspectiva científica, o uso de fontes especializadas e a tradução de dados complexos para uma linguagem acessível são cruciais para que a audiência compreenda a raiz do problema e as implicações futuras. Especialistas no tema tem alertado repetidamente sobre a urgência de comunicar de forma eficaz os riscos climáticos, tarefa que recai em grande parte sobre os veículos de comunicação.

Este artigo se propõe a refletir acerca da cobertura telejornalística do desastre de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, veiculada por dois programas-chave: o *RBS Notícias*, representando o telejornalismo regional, e o *Jornal Nacional*, como expoente do telejornalismo nacional, para a construção de protocolos de práticas neste atual contexto de crescente conscientização ambiental e de proliferação de discursos negacionistas. Assim sendo, adota uma abordagem metodológica qualitativa, visando integrar duas técnicas: a revisão bibliográfica e a observação sistêmica de seis edições dos dois telejornais, entre os dias 1º e 7 de maio de 2024.

1. O conceito de desinformação foi sistematizado e ganhou proeminência acadêmica a partir do relatório “Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making”, elaborado para o Conselho da Europa, no âmbito da União Europeia, por Wardle e Derakhshan (2017).

Contexto: função pedagógica do telejornalismo e a desinformação

O (tele)jornalismo organizava o tempo e o espaço por meio de suas rotinas produtivas, tentando prever a ocorrência de acontecimentos que poderiam se transformar em notícia.

As organizações noticiosas podem processar acontecimentos aparentemente inesperados, incluindo emergências e catástrofes, porque tipificam os acontecimentos como notícias pela forma como acontecem e em termos das ramificações que “esta forma ou acontecimento” tem para a organização do trabalho. Cada uma das tipificações está ancorada numa questão organizacional básica relativa ao controle do trabalho. Além disso, as tipificações dos jornalistas reconstituem o mundo cotidiano (Tuchman, 1973, p.129).

O telejornalismo, enquanto formato dominante de consumo de notícias e principal janela para o mundo para vastos segmentos da população, transcende a mera transmissão de informações. Sua capacidade de narrar e mediar a realidade confere-lhe uma função que pode ser caracterizada como pedagógica. Longe de se restringir a um papel formal de educação, o noticiário televisivo, por meio de operações e construções didáticas específicas, contribui para que os telespectadores possam compreender o cotidiano cada vez mais complexo, tenso e permeado por conflitos aos quais eles têm acesso direto limitado. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o noticiário da televisão é um lugar de referência, um *locus* de validação e representação da existência do mundo.

Se o telespectador se desligar, não há desculpas: o erro foi nosso. Quanto mais as palavras (ou o texto como um todo) forem ‘familiares’ ao telespectador, maior será o grau de comunicação. As palavras e as estruturas das frases devem estar o mais próximo possível de uma conversa. Devemos usar

palavras simples e fortes, elegantes e bonitas, apropriadas ao significado e à circunstância da história que queremos contar” (Paternostro, 1999, p. 78-85).

Ao apresentar imagens e sons de eventos distantes, de realidades sociais e políticas complexas, o telejornal não apenas informa sobre elas, mas as torna presentes, visíveis, e passíveis de interpretação. A função pedagógica do telejornalismo (Vizeu, 2009) manifesta-se em diversas operações didáticas que, embora não intencionais no sentido de um currículo formal, são inerentes à sua prática. Primeiramente, a simplificação e contextualização de temas complexos. Eventos econômicos globais, debates políticos intrincados, fenômenos científicos ou sociais (como a crise climática ou a desinformação) são frequentemente desdobrados em reportagens que buscam traduzir conceitos áridos para uma linguagem acessível.

O que os jornalistas fazem diariamente é “organizar o mundo” procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de “poder mostrar”, de “poder dizer” e de “poder analisar”. O jornalismo se autorreferência como um lugar de mediação, de desegregização, de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade (Vizeu, 2009, p. 80).

A hierarquização da notícia, a escolha de fontes, o uso de infográficos e entrevistas com especialistas são recursos que auxiliam o telespectador a montar o quebra-cabeça da realidade. Como compartilha Vizeu (2009), “essa função pedagógica é trabalhada diariamente pelos jornalistas na redação através de uma operação/construção que denominamos de didática”. Ele complementa: é resultado de uma série de enquadramentos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem notícias.

Em um mundo marcado pela fragmentação das experiências e pela especialização das esferas sociais, a maioria das pessoas não tem

acesso direto a grandes catástrofes, a conflitos geopolíticos, a debates legislativos complexos, ou mesmo ao sofrimento e às vitórias de comunidades distantes. O telejornal preenche essa lacuna, atuando como uma espécie de “ponte”. Ele transporta o telespectador para esses cenários, não apenas informando sobre eles, mas permitindo uma “vivência” mediada que pode gerar empatia, mobilização e uma compreensão mais ampla das interconexões globais e locais. Ainda, a natureza da televisão como um “lugar de referência” é central para sua função pedagógica.

Quando propomos esse conceito temos como hipótese que o jornalismo televisivo representa um “lugar” para os brasileiros, muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. Assistimos à televisão e vemos o mundo, ele está, ele nos vê (Vizeu, 2009, p. 77).

Em um universo informacional cada vez mais saturado e por vezes desorientador, o telejornalismo tradicional, com suas rotinas estabelecidas e seu caráter de noticiário “oficial”, oferece um porto seguro. Essa validação é crucial em tempos de pós-verdade e desinformação, onde a própria existência de fatos objetivos é questionada. Bucci (2009), ao refletir sobre a crise da credibilidade da imprensa, ainda assim reforça a importância do jornalismo como guardião da informação pública, um papel que, em si, carrega uma dimensão educativa fundamental para a manutenção da coesão social e do debate democrático.

No entanto, se faz necessário reconhecer que essa função pedagógica não é isenta de desafios e contradições. A lógica da espetacularização, a necessidade de audiência e as pressões comerciais podem, por vezes, levar a uma superficialização dos temas, a uma simplificação excessiva ou a um foco no drama em detrimento da análise aprofundada. Por isso, o mobiliza-se conceitos desenvolvidos por pesquisadores da rede Telejor, fundamentando-se especialmente nas contribuições teóricas de Cerqueira (2018), Porcello (2020) e Coutinho e Pereira (2021): o telejornal não apenas relata o mundo;

ele o interpreta, o valida e, ao fazê-lo, oferece chaves de leitura para o cotidiano tenso e mediado em que vivemos, assumindo uma responsabilidade pedagógica que, mesmo com limitações, é vital para a compreensão e a participação cívica na sociedade, que enfrenta, entre outros desafios, a desinformação².

Para os consumidores de informação, é fundamental adotar uma abordagem crítica. Verificar múltiplas fontes confiáveis antes de compartilhar informações é essencial, assim como entender o contexto por trás das mensagens recebidas. Priorizar o compartilhamento de conteúdos de fontes reconhecidas pela integridade jornalística pode ajudar a conter a propagação de desinformação. Além disso, os indivíduos devem assumir responsabilidade ao compartilhar informações, considerando seu impacto e verificando sua veracidade antes de disseminá-las (Menezes; Coutinho, 2024, p. 11).

Como observa Castells (2013), as tecnologias digitais estruturam os fluxos de informação e remodelam as formas de interação social em uma lógica em rede, global e descentralizada. Esse mesmo processo se evidencia em situações de desastres climáticos, quando o ambiente digital se torna um espaço de mobilização coletiva, no qual a sociedade civil organiza redes de apoio para compartilhar notícias e pedidos de ajuda. No entanto, a mesma dinâmica que possibilita a solidariedade também amplia as vulnerabilidades: a velocidade e o alcance da comunicação digital favorecem a circulação de desinformação, isto é, conteúdos falsos ou enganosos, muitas vezes produzidos de forma intencional para atender a interesses específicos.

Atualmente, o termo desinformação é utilizado para denominar três diferentes categorias: a informação incorreta, a desinformação em si e a má-informação. A informação incorreta é o conteúdo

2. Adota-se o termo “desinformação” em detrimento de “fake news” por maior precisão conceitual e rigor analítico. Enquanto a segunda denota uma categoria limitada de conteúdo fabricado, a primeira abarca um espectro mais amplo de informações falsas ou enganosas intencionalmente disseminadas para manipular ou causar dano.

falso que as pessoas compartilham acreditando que seja verdadeiro. Ela pode ser resultado de uma comunicação mal planejada, de um mal-entendido e da falta de atenção ou de verificação dos materiais por parte do público. Diferente da informação incorreta, que acontece por falta de rigor na apuração jornalística, a desinformação é o conteúdo falso produzido e distribuído com a intenção de confundir ou de enganar. É a mentira deliberada, frequentemente utilizada para benefícios políticos ou financeiros. A má-informação, por sua vez, é o conteúdo verdadeiro, ou parcialmente verdadeiro, distribuído sem autorização com o propósito de prejudicar indivíduos ou instituições (Machado; Gitahy, 2022, p. 107).

A difusão de informações enganosas, além de enfraquecer a confiança nas instituições e nos meios de comunicação, pode comprometer a segurança coletiva, prejudicar ações de resgate e dificultar a elaboração de respostas de longo prazo. A lógica algorítmica das plataformas digitais amplia o alcance de conteúdos falsos e, nesse cenário, até veículos de imprensa estabelecidos podem acabar reproduzindo desinformação ao priorizar estratégias de engajamento (Amaral; Loose; Girardi, 2024).

Emergência climática: definindo desastre

A definição de desastre está longe de consenso e em constante negociação, sendo considerados, simultaneamente, fenômenos naturais e sociais. É um fenômeno complexo e multifacetado, socialmente construído, que expõe e agrava vulnerabilidades preexistentes, desigualdades sociais e falhas nos modelos de desenvolvimento, incluindo a degradação ambiental e os efeitos das mudanças climáticas de origem humana (Mattedi, 2017).

Refletir sobre os desastres implica adotar uma postura crítica e autorreflexiva, capaz de problematizar a forma como o conhecimento acerca deles é socialmente construído e mobilizado. Isso envolve reconhecer que a própria produção científica pode contribuir para processos de naturalização ou de culturalização, atribuindo

sentidos específicos e privilegiando determinadas interpretações em detrimento de outras.

Assim, os desastres podem ser considerados uma ferramenta metodológica de estudo da sociedade. Afinal, desenvolver uma teoria sociológica dos desastres naturais compreende desenvolver uma teoria do contexto social impactado. Por ser uma ruptura, os desastres permitem entender como o contexto social é ordenado por meio de rotinas e associações. Assim, a definição de desastre depende da forma como concebemos cognitivamente e manipulamos tecnicamente o mundo. Ou seja, a disrupção das rotinas sociais provocadas por um desastre natural depende de como concebemos o contexto social (Mattedi, 2022, p. 277-278).

Portanto, o desastre ocorrido no Rio Grande do Sul em 2024 não pode ser entendido apenas como consequência de chuvas intensas, mas como resultado da vulnerabilidade social e da fragilidade das estruturas sociotécnicas que articulam sociedade e natureza. Coutinho (2021) discute como a mídia, ao noticiar catástrofes, oscila entre a espetacularização do sofrimento e a função de serviço público, com a capacidade de mobilizar a solidariedade e a ação governamental. A urgência inerente a esses eventos, contudo, pode levar à priorização da velocidade em detrimento da profundidade e da contextualização, o que se torna um problema quando se trata de fenômenos complexos como os desastres climáticos.

O telejornalismo com suas características de concisão, imediatismo e força de imagem garante singularidade na representação de eventos de grande impacto. Em situações de crise e desastre, essa capacidade é ampliada, visto que o telejornalismo se torna a principal fonte de informação para grande parte da população, oferecendo atualizações constantes, imagens impactantes e depoimentos (Olegário; Maia, 2025).

Telejornais regional e nacional: da cobertura à construção de protocolos para prática

Enquanto o jornalismo nacional se encarrega de temas de interesse geral e da formação de uma agenda política e social em escala mais ampla, o jornalismo regional, como o *RBS Notícias*³ no Rio Grande do Sul, atua em uma dimensão de proximidade, que permite uma maior conexão com o cotidiano e os interesses específicos da comunidade. Becker (2016) aborda a importância do jornalismo de proximidade, que, ao se debruçar sobre os fatos que afetam diretamente a vida dos cidadãos em suas localidades, consegue estabelecer uma relação de maior confiança e relevância com seu público.

O *JN*, como telejornal de alcance nacional, tende a priorizar temas de relevância para todo o país, dando maior destaque a assuntos como política nacional, economia em escala macro e questões de saúde pública de impacto nacional. Por outro lado, o *RBS Notícias*, sendo um telejornal regional do Rio Grande do Sul, enfoca mais intensamente questões locais, como a situação do agronegócio gaúcho, problemas de infraestrutura regional e segurança pública no estado (Olegário; Maia, 2025, p. 41).

No contexto de um desastre, essa dialética se acentua. O telejornalismo regional tem a vantagem da imediatez e do acesso privilegiado às fontes primárias – as vítimas, os socorristas, as autoridades locais – e a um conhecimento aprofundado do território e suas particularidades. Isso permite uma cobertura mais detalhada, com foco nas micro-histórias, nos impactos específicos de cada área e nas necessidades urgentes da população. Em contrapartida, o telejornalismo nacional, como o *Jornal Nacional*⁴, tem o papel de contextualizar o

3. O *RBS Notícias*, telejornal exibido na faixa das 19 horas na RBS TV, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul. Surge em 1983 em um contexto de expansão e fortalecimento das emissoras locais, respondendo à crescente demanda por informações regionalizadas (Cruz, 1996).

4. O *Jornal Nacional*, principal telejornal da Rede Globo, ocupa um lugar central na história da televisão brasileira e no desenvolvimento do jornalismo televisivo no país.

evento para uma audiência mais vasta, integrando-o a uma narrativa maior sobre o país, suas políticas e desafios. Ele pode oferecer uma visão panorâmica, mobilizar recursos e chamar a atenção das esferas de poder federais, mas corre o risco de generalizar ou de perder nuances importantes ao diluir a complexidade local.

As fontes utilizadas nas reportagens apresentam uma diversidade maior, refletindo uma abordagem mais aprofundada e multifacetada dos temas. Ambos os telejornais recorrem a fontes governamentais (federal e municipal), empresas privadas, forças de segurança (Forças Armadas e Polícia Civil RS) e novamente aos moradores (Maia; Olegário, 2024, p. 41).

No contexto do desastre no Rio Grande do Sul, a observação sistêmica de seis edições dos dois telejornais durante a primeira semana de maio de 2024, revela a utilização de elementos visuais (infográficos, mapas interativos), dados (níveis de rios, áreas alagadas, número de desabrigados) e testemunhos para construir uma narrativa que fosse ao mesmo tempo informativa, empática e propositiva. A forma como a desinformação é desmentida e a emergência climática é contextualizada também se enquadram nesses novos protocolos, ao demandar uma abordagem mais didática e menos reativa do jornalismo.

Combate à desinformação: protocolos para prática telejornalística

Durante o desastre no Rio Grande do Sul, foram noticiados diversos casos de desinformação, desde falsas informações sobre resgates até boatos sobre a origem das inundações. O jornalismo profissional, nesse cenário, deve atuar ativamente no combate à desinformação

Lançado em 1º de setembro de 1969, o noticiário surgiu em um contexto de expansão da rede nacional de televisão e consolidação da Rede Globo como principal emissora do Brasil (Memória Globo, 2004).

por meio de diferentes estratégias. Por isso, propõe-se cinco protocolos para a prática do telejornalismo: checagem de fatos; transparência processual; contextualização aprofundada e narrativas de recontextualização; aprimoramento do feedback da audiência; e desenvolvimento de narrativas resilientes.

O primeiro protocolo, “Checagem de fatos” diz respeito a um dos princípios basilares da profissão: a verificação de fatos. Aqui, o avanço proposto se dá na rotina de produção telejornalística, o que implica núcleos nas redações para a checagem com a utilização de ferramentas tecnológicas, além do trabalho realizado por outras organizações como as agências de checagem. O objetivo: o desmentido deve ser ágil, claro e visualmente impactante, evitando reforçar a narrativa falsa. Quanto a “Transparência processual”, a intenção é que o telejornalismo seja transparente sobre como produz a reportagem. A transparência na construção do discurso jornalístico desmistifica o processo e confere ao público um avanço substancial no quesito letramento midiático. A “Contextualização aprofundada” serve como balizamento do conteúdo, já que a desinformação prospera na superficialidade e na ausência de contexto. Dessa maneira, o telejornalismo deve investir em reportagens que ofereçam profundidade, história e múltiplas perspectivas, explicando por que um fato é importante e como ele se insere em um panorama maior. Ao desmentir, não basta dizer que algo é falso; é preciso recontextualizar, apresentando a narrativa verdadeira de forma clara e didática. O quarto protocolo, o “Aprimoramento do *feedback*”, prevê que as emissoras e, por consequência, os programas, estabeleçam canais eficazes para que a audiência possa reportar conteúdos suspeitos. Essa perspectiva de escuta ativa das preocupações e dúvidas do público em relação à desinformação permite que as redações identifiquem rapidamente temas quentes e mitos persistentes, direcionando os esforços de checagem e desmentido de forma mais eficiente. O último protocolo é o “Desenvolvimento de narrativas resilientes”. Ao invés de apenas reagir, o telejornalismo pode adotar uma estratégia de pré-desmascaramento. Isso envolve alertar o público sobre táticas de manipulação comuns e narrativas falsas antes que elas ganhem força. Ao imunizar

a audiência com conhecimento sobre as técnicas de manipulação, o telejornalismo constrói resiliência cognitiva.

Tabela 1: Protocolos prática telejornalística no combater à desinformação

Solução/prática	Descrição da solução/prática
1. Checagem de Fatos	Implementação da verificação como um processo transversal em toda a rotina de produção, com núcleos específicos e uso de tecnologia para desmentidos ágeis e claros.
2. Transparência Processual	Compartilhar à audiência processos de produção da reportagem, visando reconstruir a confiança.
3. Contextualização Aprofundada	Apresentação de reportagens com profundidade, história e múltiplas perspectivas, explicando o contexto completo e recontextualizando a informação correta.
4. Aprimoramento do Feedback	Estabelecimento de canais eficazes para que a audiência reporte conteúdos suspeitos, permitindo identificar temas quentes e mitos persistentes.
5. Desenvolvimento de Narrativas Resilientes	Alertar o público sobre táticas de manipulação e narrativas falsas antes que ganhem força, para imunizar a audiência contra a desinformação.

Fonte: Autor, 2025.

A capacidade de educar o público sobre como identificar e combater a desinformação é um dos novos padrões de responsabilidade social do (tele)jornalismo em tempos de emergência climática. A integração de vozes científicas qualificadas e a explicação clara de conceitos como aquecimento global, efeito estufa, e a relação entre desmatamento e regime de chuvas, são essenciais.

Considerações finais

A crise climática é um dos maiores desafios do século XXI, exigindo não apenas políticas públicas robustas, mas também uma comunicação eficaz que traduza a complexidade científica em informações compreensíveis e acionáveis para a população. No Brasil, a cobertura da temática ambiental e climática pelo telejornalismo

tem sido marcada por avanços, mas também por persistentes lacunas. A cobertura do desastre no Rio Grande do Sul, com sua intensidade e frequência sem precedentes, oferece uma oportunidade para o telejornalismo brasileiro aprimorar sua abordagem, superando a mera reportagem de eventos para engajar-se na educação climática da população.

Ainda, o negacionismo climático, que tem ganhado força em alguns setores da sociedade brasileira, impõe um desafio adicional à comunicação científica. O telejornalismo precisa ser capaz de apresentar o consenso científico de forma inequívoca, ao mesmo tempo em que se precaver contra a estratégia de falsa equivalência ou ambiguidade estratégica – que dá voz a teorias sem base científica como se tivessem o mesmo peso do conhecimento validado). A observação da cobertura sobre o Rio Grande do Sul permitiu verificar tanto quanto o telejornalismo nacional e o regional estão na direção assertiva ao contextualizar o desastre na moldura da emergência climática e destacar seus impactos, mas ainda carece de apresentar à audiência seus métodos para construção das reportagens e articular o combate mais agudo à desinformação. Todavia, esse é capítulo não esgota a possibilidade de adição de novos protocolos e articulações que levem ao aprimoramento das práticas e fortalecimento do telejornalismo – e, conseqüentemente, ao aprimoramento da opinião pública, tendo um cidadão mais crítico do outro lado das telas.

Referências bibliográficas

AMARAL, M.F.; LOOSE, E.B.; GIRARDI, I.M.T. (Org.). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. Santa Maria: Editora FACOS-UFSM, 2024.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo: transições**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CERQUEIRA, L. **A função pedagógica do telejornalismo – e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística**. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

COUTINHO, I.; PEREIRA, A. Perspectiva de gênero em telas: Acréscimos ético informacionais à dramaturgia do telejornalismo. *In*: ÉMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I (Orgs.). **Teorias do telejornalismo como direito humano**. Florianópolis: Editora Insular, 2021, p. 75-90.

CRUZ, D.M. **Televisão e negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

ÉMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I. (Orgs.). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Editora Insular, 2020, p. 273-290.

MACHADO, D.; GITAHY, L. Desinformação (combate à). *In*: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: CEPE Editora, 2022, p. 107-109.

MATTEDI, M. Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 29, n. 3, 2017, p. 261-285. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.111685. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/111685>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MENEZES, T.; COUTINHO, I. Desinformação e instrumentalização política: um estudo sobre a circulação de notícias falsas em meio à tragédia no Rio Grande do Sul. *In*: **47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2024, Balneário Camboriú. 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2024.

OLEGÁRIO, L.; MAIA, G. Temporalidades e formatos: estratégias editoriais do telejornalismo regional e nacional na cobertura de eventos trágicos. **Temática** – Revista eletrônica de publicação mensal, v. 21, 2025, p. 32-45.

PATERNOSTRO, V.I. **O texto na tv**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORCELLO, F. A credibilidade do telejornalismo como antídoto às fakenews. *In*: ÉMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I. (Orgs.). **Telejornalismo 70 anos**: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Editora Insular, 2020, p. 273-290.

- SODRÉ, M. **A comunicação do sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TUCHMAN, G. Making news by doing work: routinizing the unexpected. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 19, n. 1, jul. 1973, p. 110-131. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2776714>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista FAMECOS**, v. 1, 2009, p. 77-83.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Estrasburgo: Conselho Europeu, 2017.

Editora Insular
Coleção Jornalismo Audiovisual

REDE DE PESQUISADORES EM TELEJORNALISMO



Formatos e Inovação em Jornalismo Audiovisual

Edna Mello, Ana Paula Goulart de Andrade, Cristiane Finger e Cárlica Emerim
(organizadoras)

Editor
Nelson Rolim de Moura

Planejamento gráfico
Ayrton Cruz

Projeto gráfico
Silvana Fabris

Revisão
Estúdio Insular

Projeto da capa
Rodrigo Poeta

Selo da Coleção
*Tenaflae Lordelo – Universidade
Federal de Pernambuco*

Selo da rede TELEJor
Renata Caleffi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

M527c Mello, Edna et al. (org.)

O clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva /
Organizadoras: Edna Mello, Ana Paula Goulart de Andrade, Cristiane Finger e Cárlica
Emerim. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2025.
220 p.; figs.; tabs.; gráfs.; quadros. (Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 21).
E-book: 5,48 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-524-0575-7.

1. Cadeia Produtiva. 2. Clima. 3. Cobertura Desastres Ambientais. 4. Crise Climática.
5. Desafios Ambientais. 6. Emergências Socioambientais. 7. Informação Jornalística.
8. Mutações Ambientais. 9. Telas Jornalísticas. 10. Telejornalismo Local.
11. Telejornalismo Universitário. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

25-30281498

CDD 070.4
CDU 070

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Jornalismo – Brasil.
2. Jornalismo (imprensa).

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MELLO, Edna et al. (org.). **O clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva.** 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2025. (Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 21). E-book (PDF; 5,48 Mb). ISBN 978-85-524-0575-7.

EDITORIA INSULAR
(48) 3334-2729
editoria@insular.com.br
twitter.com/EditoraInsular
www.insular.com.br
facebook.com/EditoraInsular

INSULAR LIVROS
Rua Antonio Carlos Ferreira, 537
Bairro Agrônômica
Florianópolis/SC – CEP 88025-210
(48) 3334-2729
insularlivros@gmail.com



0 clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva

EDNA MELLO, ANA PAULA GOULART DE ANDRADE, CRISTIANE FINGER E CÁRLIDA EMERIM
(ORGANIZADORAS)